

**ATA DA 69ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM RIBEIRÃO PRETO - SP**

5DATA: 13 e 14/12/2004

6PARTICIPANTES:

7Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

8Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br)

9Ministério da Integração Nacional: Fernando Cabral (fernando.cabral@integracao.gov.br)

10Ministério das Cidades: (ausência)

11Ministério do Meio Ambiente - ANA: (ausência)

12Ministério de Minas e Energia: Cristina Campos Esteves (cristinacampos@dnpm.gov.br)

13Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Maurício Lenzi Brandão

14(mlbrandao@sp.gov.br)

15Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-

16depc@prodase.com.br)

17Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Adriana Araújo Ramos

18(adriana.ramos@igam.mg.gov.br)

19Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: Ana Cristina Monteiro Mascarenhas

20(crisasmascarenhas@semarh.ba.gov.br)

21Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: (ausência)

22Indústrias: (ausência)

23Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Cláudia Lima Badan de

24Oliveira (abadan@netsite.com.br)

25Comitês: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@serhs.sp.gov.br)

26Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Dalto Fávero Brochi

27(dalto.favero@agua.org.br)

28Organizações não governamentais: (ausência)

29Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: José Roberto Geraldine Júnior (jr@usp.br)

30CONVIDADOS:

31Ana Maria Gennari – DAEE-SP (amgennari@sp.gov.br)

32Celso Antônio Perticarrari – DAEE/CBH Pardo (bpg@daee.sp.gov.br)

33Cláudio Garcia – CBH Baixo Pardo/Grande (comitebpg@investnet.com.br)

34Cláudio José Silvestre – CBH Pardo (verdetam@verdetambau.com.br)

35José Cupertino Tenório Netto – ABINAM (jc-tenorio@uol.com.br)

36Marcus Vinícius Lopes da Silva – CBH Mogi (cbhmogi@siteplanet.com.br)

37Maria Ângela Garófalo – SEE-Diretoria Regional de Ensino Rib. Preto

38(de205070@see.sp.gov.br)

39Marisa Heredia – Instituição Univers. Moura Lacerda (maher@terra.com.br)

40Paulo Finotti – CBH Pardo (soderma@uol.com.br)

41Penercides Fernandes dos Passos – ERPLAN-SP (rpreto@planejamento.sp.gov.br)

42Renato Assef – Câm. Municipal Rib. Preto (silvana@netsite.com.br)

43RELATOR:

44Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

45ASSUNTOS DISCUTIDOS:

46DATA: 13/12/2004

47Início: 10h20

Término: 18h30

48Às dez horas e vinte minutos do dia treze de dezembro de 2004, na sede da Associação de
49Engenharia, Arquitetura e Agronomia da cidade de Ribeirão Preto-SP, iniciou-se a 69ª
50reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta
51conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou
52abertos os trabalhos e deu boas vindas a todos. Destacou a importância da realização de
53reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH nas várias regiões do País visando a disseminação
54de suas atividades. Com a palavra, o Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) agradeceu a
55presença de todos em nome do CBH Pardo e desejou que os trabalhos previstos fossem
56produtivos. Informou do convite de participação feito aos integrantes do CBH Pardo, assim
57como aos comitês de outras bacias contíguas. O Sr. Paulo Finotti (CBH Pardo) também
58agradeceu a presença de todos, ressaltadas as dificuldades para a realização de reuniões das
59Câmaras fora da cidade de Brasília. Foi solicitada a apresentação dos presentes. Em seguida,
60o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) pediu ao Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês)
61que prestasse informações sobre a proposta de criação do CBH do rio Grande, Estados de São
62Paulo e Minas Gerais. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) relatou a existência, na área
63de abrangência do Comitê, de praticamente todos os respectivos comitês de rios de domínio
64estadual. Fez considerações sobre os trabalhos de mobilização em andamento, com agenda

65definida pelos envolvidos. Em seguida, passou-se ao item 2 de pauta: aprovação da ata da
6668ª reunião da CTIL. Foram lidas e providenciadas as modificações encaminhadas por correio
67eletrônico pela Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) e Sra. Daniela Amorim
68(Concessionárias). O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) também solicitou modificações e a
69aprovação da ata ficou condicionada à redação final de uma delas, a ser finalizada ainda
70durante esta reunião. Em continuidade, o Sr. Jessé Costa (CERH-SE) solicitou que fosse
71concedido espaço neste início de reunião para a divulgação de assuntos gerais. Com a
72aceitação dos presentes, noticiou o encaminhamento ao Secretário Executivo do CNRH de
73correspondência do CERH Sergipe solicitando à Secretaria Executiva do CNRH que
74providenciasse consulta aos conselhos estaduais sobre a concretização do acordo feito na
75assembléia de escolha dos seus representantes, relatado na respectiva ata (**Anexo II**), e que
76dizia respeito à inversão, ao final da metade do respectivo mandato, das condições de
77titularidade inicialmente definidas. A Sra. Ana Cristina Mascarenhas (CERH-BA) manifestou
78sua concordância, reforçando o pedido para que a Secretaria Executiva promovesse as
79articulações necessárias, encaminhando inclusive a ata da assembléia como anexo. O Sr.
80Fernando Rodrigues (Comitês) opinou que, uma vez registrado em ata o acordo de inversão,
81a Secretaria Executiva deveria providencia-lo. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA)
82observou que as assembléias foram realizadas sem a interveniência da Secretaria Executiva.
83Em complementação, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que acordos firmados
84nas assembléias seriam assuntos internos dos segmentos, cabendo a cada um deles
85manifestação à Secretaria Executiva sobre a forma de sua operacionalização. Afirmou que
86uma vez recebida a citada correspondência, a Secretaria Executiva a encaminharia aos
87Estados solicitando manifestações visando a adoção, em momento posterior, das
88providências cabíveis. Em seguida, tendo em vista a publicação do Decreto nº 5.362, de
892004, **Anexo III**, abordou o consenso obtido em reunião anterior sobre a necessidade de
90debate dos procedimentos operacionais decorrentes do estabelecido neste Decreto. Indicou
91que se deveria, dessa forma, objetivar os seguintes aspectos: verificação da relação
92representado e representante; prestação de contas; elaboração de relatórios; explicitação
93das penalidades previstas, entre outros. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) manifestou sua
94discordância com a necessidade de verificação das relações representantes e representados,
95e tampouco quanto à efetiva participação. Dando prosseguimento, o Sr. Carlos Eduardo
96Alencastre (Comitês) leu ofício encaminhado pela Sra. Ninon Machado (ONGs). Externou a
97solicitação encaminhada de transcrição integral no corpo da ata desta reunião, conforme
98segue: *"Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2004. Prezado Carlos, visto que a Secretaria*
99*Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos não cumpriu o Decreto nº 5263, de 05*
100*de novembro de 2004, não houve condições de minha participação na 69ª sessão da*
101*Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL a ter lugar nos dias 13 e 14 de dezembro*
102*corrente em Ribeirão Preto. Por conseguinte, solicito sua gentil diligência no sentido de*
103*expressar minha decepção face à atitude da Administração Federal que nesses últimos*
104*tempos, em especial no caso da Transposição de Águas do São Francisco, entre outros, vêm*
105*exigindo de todos os componentes deste Conselho de Estado uma reflexão a respeito dos*
106*caminhos futuros da Política Nacional de Recursos Hídricos e da Gestão Integrada de*
107*Recursos Hídricos que tem entre os seus pilares a efetiva participação dos três segmentos,*
108*governo, usuários e comunidade e não simples cumprimento de aspectos formais de*
109*regimentos internos, com controle de presenças, entre outros. Por essas razões, mas não as*
110*únicas, na última semana, nos dias 09 e 10 de dezembro, foram reunidos em oficina*
111*realizada por convite das lideranças da Global Water Partnership – Brasil, representantes de*
112*tomadores de decisão, isto é, dos três segmentos acima indicados, quando foram*
113*identificadas as bases para a criação da Parceria Nacional pela Água, que deverá ser moldada*
114*a partir dos interesses e para consolidar e evidenciar os reais interesses nacionais com*
115*respeito à gestão integrada dos recursos hídricos. Oportunamente, haverá uma nova de*
116*divulgação a todos e o convite para que se associem a esse grupo inicial acima referido, no*
117*sentido de procurar-se o fortalecimento efetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos e do*
118*SINGREH. Estou encaminhando as retificações que pretendo nas minhas intervenções na*
119*última sessão da CTIL, conforme documento, anexo. Também solicito que o inteiro teor desta*
120*carta seja transcrito em ata desta sessão em curso nos dias 13 e 14 de dezembro. Desejo a*
121*todos um bom momento de trabalho em Ribeirão Preto, expressando duplamente minha*
122*decepção com respeito à Administração Federal por não cumprir sua parte e excluir o*
123*segmento das ONGs da convivência e dos debates que ocorrerão na sessão. Como deveremos*
124*nos encontrar em Brasília para a Sessão Ordinária do Plenário do CNRH no próximo dia 20 de*
125*dezembro, oportunamente nos saudaremos pelas Festas de Fim de Ano. Cordialmente, Ninon*

126Machado de Faria Leme Franco". Finalizando, o Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) leu
127as três modificações por ela encaminhadas para a ata da 68ª reunião, que foram
128providenciadas, com a concordância de todos. Passou-se então ao item 3 de pauta: análise
129da proposta de resolução que define os procedimentos, prazos e formas para promover a
130articulação de que trata o art. 21, § 4º, da Lei nº 9.984, de 2000. O Sr. Julio Thadeu
131Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que o item 4 da pauta seria um desdobramento desse item 3,
132uma vez que ambos seriam decorrentes do estabelecido no art. 5º da Resolução CNRH nº 41,
133de 2004. Tendo em vista a proposta de resolução encaminhada pelo Sr. Ademar Veiga (ANA),
134**Anexo IV**, foi proposto que os dois documentos fossem fundidos. Com a concordância de
135todos, partiu-se então para a elaboração de uma única proposta de resolução para os itens 3
136e 4 de pauta, com base no texto da proposta encaminhada pelo Sr. Ademar Veiga (ANA).
137Iniciou-se pela leitura conjunta do documento, seguindo-se de comentários. O Sr. Fernando
138Rodrigues (Comitês) criticou a exclusão da abordagem, na proposta de resolução em
139questão, do uso de recursos hídricos para o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos (inc.
140IV, art. 12, Lei nº 9.433, de 1997). O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) esclareceu que
141esta proposta de resolução fora motivada pelo fato da destinação para a União dos recursos
142pelo uso da água arrecadados nas UHEs em rios de domínio dos Estados, sem retorno
143garantido para as bacias de origem. Citou ainda exemplo do rio Tietê, de domínio estadual,
144que contaria com UHEs realizadas pelo governo estadual e cujos recursos da cobrança pelo
145uso da água ao setor hidrelétrico seriam destinados à União. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
146(SRH/MMA) lembrou que esses recursos exerceriam papel de sustentação do SINGREH.
147Indicou que as discussões teriam sido baseadas na intenção de envolvimento dos comitês de
148rios de domínio dos estados na priorização da aplicação dos recursos da cobrança. O Sr.
149Maurício Brandão (CERH-SP) opinou que a resolução deveria ser específica para tratar do inc.
150IV supracitado, configurando-se o explicitado no art. 2º como a exceção. Para os incisos I, III
151e V do mesmo artigo, opinou, não haveria necessidade de resolução, uma vez que essas
152prioridades já seriam definidas no âmbito dos comitês. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
153(SRH/MMA) solicitou destaque para a evolução já alcançada, citando a publicação das
154resoluções nº 35 e 41 do CNRH. Lembrou que a competência do Conselho seria a definição
155das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança. A Sra. Ana Cristina Mascarenhas
156(CERH-BA) lembrou que, no caso do CEIVAP, o plano de aplicação dos recursos fora
157apresentado em conjunto com os valores e critérios de cobrança, configurando-se na
158articulação agora pretendida. Portanto, defendeu a necessidade de regulamentação apenas
159para o inc. IV. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) listou os três pontos principais de
160convergência para direcionamento dos debates: a elaboração da ementa, que deverá estar
161baseada no texto final da proposta de resolução; a utilização do termo "exclusivamente" no
162art. 2º; a pertinência de resoluções distintas para os incisos I, III e V e outra para o IV. O Sr.
163Jessé Costa (CERH-SE) observou que os debates deveriam pretender soluções concretas, com
164uma visão ampla de todo o SINGREH. Opinou pela criação de um fundo nacional para abrigar
165os recursos referentes à cobrança e a aplicação desses recursos justamente em comitês nos
166quais a arrecadação fosse insuficiente para a gestão de recursos hídricos. Comentou ainda
167que uma resolução não garantiria o não contingenciamento desses recursos. Os debates
168foram então interrompidos, às 13h00, para almoço. O retorno ocorreu às 15h00, com a
169continuidade do debate conjunto dos itens 3 e 4 de pauta, partindo-se diretamente para o
170texto da proposta. Após debates, o texto foi então finalizado, ficando a aprovação para o dia
171de amanhã, após a consolidação das propostas em documento final. Antes de partir para o
172item 5 de pauta, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), conforme solicitado pela Secretaria
173Executiva, chamou a atenção para a necessidade de revisão da proposta de nova composição
174de algumas das Câmaras Técnicas do CNRH, debatida na reunião anterior desta CTIL, tendo
175em vista a ocorrência de equívocos na consolidação da planilha indicativa das manifestações
176de interesse. Com base na planilha encaminhada para esta reunião (**Anexo V**), foram
177revistos aspectos da composição da CTGRHT e da CTCT. Para o caso da CTAP, foram
178definidos novo membro e primeiro suplente. A planilha final ficou conforme **Anexo VI**, sendo
179solicitada a sua distribuição aos Conselheiros, mantendo-se o assunto como item de pauta da
180XII Reunião Ordinária do CNRH, no dia 20 de dezembro próximo. Passou-se ao item 5 de
181pauta: continuidade da análise, nos aspectos pertinentes, da proposta de resolução sobre
182critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
183(SRH/MMA) destacou esta proposta de resolução como a última de regulamentação dos
184instrumentos da Política. Indicou ainda a importância do direcionamento dos debates para os
185aspectos legais e institucionais. Passou-se à discussão sobre a proposta de resolução (**Anexo**

186**VII**), a partir de seu art. 5º. Os debates se estenderam por todo o período da tarde,
187encerrando-se após os incisos do art. 6º. O primeiro dia de reunião terminou às 18h30.

188**DATA:** 14/12/2004

189**Início:** 9h30

Término: 17h15

190Às nove horas e trinta minutos do dia quatorze de dezembro de 2004, foi dado início ao
191segundo dia da 69ª reunião da CTIL. Foram distribuídas cópias do texto consolidado da
192proposta de resolução (**Anexo VIII**) referente aos itens 3 e 4 de pauta, com as modificações
193do dia de ontem da reunião, ocorrendo a aprovação da sua versão final. Foi decidido que as
194datas limites contidas no documento seriam definidas pela Secretaria Executiva, com base
195nos prazos a serem observados pela SRH, o MMA e o próprio Ministério do Planejamento,
196Orçamento e Gestão para o encaminhamento da proposta orçamentária ao Congresso. O Sr.
197Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou o encaminhamento da proposta de resolução
198para deliberação superior do Plenário do CNRH, tendo em vista a sua inclusão como item de
199pauta da XII Reunião Ordinária do CNRH. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) parabenizou a
200todos pelo trabalho executado na elaboração desta proposta de resolução. Retornou-se então
201ao item 5 de pauta, interrompido no dia anterior, com início pelo parágrafo único do art. 6º.
202Durante as discussões, foi proposto que cada resolução encaminhada para deliberação do
203Plenário fosse acompanhada de uma exposição de motivos, como subsídio aos debates.
204Quanto ao Capítulo IV da proposta de resolução, a análise se baseou na verificação dos
205mecanismos propostos para a cobrança com os previstos na Lei nº 9.433, de 1997, para a
206definição dos valores da cobrança pelo uso da água. Após novos debates, foi finalizada a
207análise dos aspectos legais e institucionais da proposta de resolução sobre critérios gerais
208para a cobrança pelo uso de recursos hídricos (**Anexo IX**) e solicitado seu encaminhamento,
209em trâmite normal, para superior deliberação da Plenária do CNRH. Em prosseguimento, o
210Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou espaço para a comunicação de alguns
211informes. Noticiou o encaminhamento de solicitação de emissão de parecer às CONJUR do
212MMA e do MME sobre a questão da integração da gestão de recursos hídricos e das águas
213minerais. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) sugeriu a inclusão como material para debate do
214tema o acórdão do Supremo Tribunal Federal sobre a questão da compensação financeira e a
215cobrança pelo uso da água. Continuando, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) noticiou
216ainda a solicitação de parecer encaminhada à CONJUR/MMA sobre as interfaces da proposta
217de modificação da Resolução CONAMA nº 20, em debate naquele colegiado, e a gestão de
218recursos hídricos. Divulgou também as datas previstas para as próximas reuniões da CTIL,
219neste ano de 2005: 19 e 20 de janeiro, 22 e 23 de fevereiro, 15 e 16 de março, 5 e 6 de
220abril. Passou-se então ao item 6 de pauta: continuidade da análise do PL nº 1.616, de 1999.
221Como registro, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) leu texto encaminhado por correio
222eletrônico pelo Sr. Maurício Andrés (ANA), referente a esse item de pauta, solicitando "...
223tendo em vista a impossibilidade dos técnicos de várias superintendências da ANA que
224elaboraram propostas para os capítulos V, VI e VII do PL 1616 se deslocarem para essa
225reunião, sugiro que o item 6 da pauta seja examinado em outra reunião." O Sr. Carlos
226Eduardo Alencastre (Comitês) solicitou espaço e comentou que fora requerido debate nesta
227CTIL sobre as interfaces da gestão de recursos hídricos com o anteprojeto de lei (APL) que
228institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de
229Saneamento Ambiental. Como não fora possível a presença do representante do Ministério
230das Cidades para proferir apresentação, disse, não houve oportunidade do debate. O Sr.
231Fernando Cabral (Min. Integração) contrapôs discorrendo sobre os procedimentos
232participativos adotados na consecução do documento do APL. Foi ressaltado que,
233independente desses fatos, existiriam interfaces com a gestão de recursos hídricos que
234careceriam de debate no âmbito do CNRH. Foi solicitado novo convite da Secretaria Executiva
235ao Ministério das Cidades, na figura do Sr. Marcos Montenegro, para apresentação na CTIL,
236visando início dos debates sobre a questão. Foi proposta pausa para almoço às 12h15. O
237retorno ocorreu às 14h30 quando o Sr. Jessé Costa (CERH-SE) apresentou a redação da
238alteração da ata da 68ª reunião, pendente para sua aprovação, o que ocorreu. A Sra. Adriana
239Ramos (CERH-MG) solicitou a inclusão como item de pauta da próxima reunião da CTIL da
240Resolução ANA nº 399, de 2004, que altera a Portaria DNAEE nº 707, de 2004, modificando
241critérios de definição de curso de água principal. Houve a concordância de todos. Retornou-se
242então ao item 6 de pauta, com base no documento de sugestões ao PL nº 1.616 versão 25 de
243agosto de 2004 (**Anexo X**). O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) noticiou sobre a
244análise dos Capítulos II e III do PL nº 1.616 em andamento na CT de Integração de
245Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. O Sr. Julio Thadeu
246Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que os debates deveriam se ater a questões de forma e

247aperfeiçoamentos. Fez ainda os seguintes esclarecimentos complementares: os Cap. VI e VII
248deverão ser analisados sob a ótica trazida pela Lei nº 10.881, de 2004; para o Cap. V havia
249uma proposta de revisão aprovada, com base em contribuição da ANA. Os debates foram
250então iniciados, sob a ótica acima exposta. Ao final, a versão do documento de sugestões ao
251PL produto dessa reunião, denominada 14 de dezembro de 2004, ficou conforme **Anexo XI**.
252Foi definido que a análise do documento prosseguirá na próxima reunião, a partir dos Cap. V,
253VI e VII. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu a acolhida proporcionada a esta
254reunião da CTIL em Ribeirão Preto, em especial à sua Associação de Engenharia, Arquitetura
255e Agronomia, ao Sr. Celso Peticarrari e ao Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês). O Sr.
256Celso Peticarrari, por sua vez, colocou as instalações da Associação à disposição e enalteceu
257o trabalho empreendido pelo Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês). O Sr. Julio Thadeu
258Kettelhut (SRH/MMA) desejou a todos um Feliz Natal e um ano de 2005 repleto de
259realizações e declarou encerrada, às 17h15, a 69ª reunião da CTIL.

260**RESUMO DA REUNIÃO:**

- 261- item 2: aprovada a ata da 68ª reunião da CTIL;
262- itens 3 e 4: finalizada a proposta de resolução referente aos itens 3 e 4, já inserida
263anteriormente como item de pauta da XII Reunião Ordinária do CNRH;
264 - item 5: finalizada a análise dos aspectos legais e institucionais da proposta de resolução
265sobre critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos; solicitado seu
266encaminhamento para superior deliberação da Plenária do CNRH, em trâmite normal;
267- item 6: dado prosseguimento à análise do documento de sugestões ao PL nº 1.616, que
268deverá prosseguir na próxima reunião;
269- inserida como item de pauta da próxima reunião da CTIL a análise da Resolução ANA nº
270399, de 2004;
271- solicitado novo convite ao Ministério das Cidades para apresentação sobre o APL que institui
272as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico.

273

274

275JULIO THADEU SILVA KETTELHUT

276 Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO

Relator